

Boa governança nos municípios do Rio Grande do Sul: análise de desempenho dos gestores municipais em indicadores socioeconômicos selecionados no período 2008-2012

Resumo

A boa governança é um fator determinante à eficiência do crescimento e desenvolvimento socioeconômico de uma região. A avaliação municipal através de indicadores de eficiência e desenvolvimento é relevante, à medida que traz informações aos cidadãos para que possam avaliar o quão efetivas tem sido as gestões dos municípios. Nesse sentido, analisou-se através da composição de um indicador de boa governança, o nível de gestão nos Municípios do Rio Grande do Sul, especialmente quanto à qualidade na prestação de serviços à população, demonstrados nos indicadores socioeconômicos (IDH, PIB, Distribuição de Renda, etc.) e a alocação dos recursos públicos durante o período 2008-2012. Os resultados apontaram para uma melhor performance dos gestores públicos do município de Monte Alegre dos Campos, enquanto o pior desempenho ficou para o município de Itaqui.

Palavras-chave

Boa governança; municípios do RS; indicadores socioeconômicos;

Abstract

Good governance is a determining factor to the growth efficiency and socio-economic development of a region. The municipal assessment through efficiency and development of indicators is important, as it provides information to citizens so that they can assess how effective have been the efforts of the municipalities. In this sense, analyzed by composing an indicator of good governance, the effort level in the municipalities of Rio Grande do Sul, especially the quality in the provision of services to the population, demonstrated in socioeconomic indicators (HDI, GDP Distribution income, etc.) and the allocation of public resources during the period 2008-2012. The results showed a better performance of public officials in the municipality of Monte Alegre dos Campos, while the worst performance was for the city of Itaqui.

Key-words

Good governance; municipality of Rio Grande do Sul; socioeconomic indicators.

Classificação JEL: H2, C22, H7.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais os eleitores têm demonstrado maior nível de exigência na fiscalização da atuação dos governantes. Em regimes democráticos, os governos são cobrados por maior transparência e eficiência na gestão pública, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. É visando medir essa eficiência que o Banco Mundial passou a utilizar o conceito de Boa Governança.

A boa governança é um fator determinante no que diz respeito à eficiência do crescimento e desenvolvimento socioeconômico de uma região. A governança pública, por

sua vez, baseia-se em múltiplos arranjos com a participação de diversos atores (Estado, terceiro setor, mercado etc.) no desenvolvimento, na gestão de políticas públicas e no provimento de serviços. De fato, trata-se de uma concepção da transparência na gestão, acesso à informação, interesse público, participação da comunidade, que fez com que as experiências do Brasil contribuíssem para o debate da boa governança.

Esse conceito implica que todos os segmentos da sociedade local possam participar da gestão e que sejam representados. O que exige um governo aberto, que respeita as leis vigentes, transparente e com canais de participação permanentes para o estabelecimento de uma interação contínua e virtuosa do governo com o indivíduo, sempre honrando um código de conduta ética, de modo que sirva de exemplo para motivar a própria administração e incentivara população a participar no processo de desenvolvimento do município.

Visando estabelecer as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, foi instituída em 04 de maio de 2000 a Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ao encontro do objetivo de conferir maior boa governança, a LRF foi instituída com a finalidade de dar mais transparência, responsabilizar os gestores municipais mediante suas ações na gestão pública, agregando assim mais qualidade à gestão fiscal através do equilíbrio das contas públicas.

A avaliação da gestão municipal, segundo Siedenberg (2003), pode ser realizada através de indicadores, e estes analisam se as medidas e estratégias adotadas estão sendo efetivas para o desenvolvimento local. Neste sentido, diversos estudos e pesquisas vêm sendo realizados com o objetivo de identificar quais os indicadores mais eficientes para avaliar a gestão municipal.

A avaliação municipal através de indicadores de eficiência e desenvolvimento é relevante, à medida que traz informações aos cidadãos para que possam avaliar o quão efetivas tem sido as gestões dos municípios de sua residência.

Perante essa introdução, pretende-se analisar através da composição de um indicador de boa governança, o nível de gestão nos Municípios do Rio Grande de Sul, especialmente quanto à qualidade na prestação de serviços à população, demonstrados nos indicadores socioeconômicos (IDH, PIB, Distribuição de Renda, etc.) e a alocação dos recursos públicos conforme o disposto na LRF, durante o período 2008-2012.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: além dessa introdução, na segunda seção é apresentada uma revisão da literatura sobre o conceito de boa governança. O levantamento de estudos que avaliam o desempenho de gestores públicos, principalmente em nível municipal, à luz do conceito de boa governança, é realizado na seção seguinte

Posteriormente, na seção 4, constrói-se o indicador de boa governança para municípios do RS visando analisar a performance dos prefeitos em sua gestão no período 2008-2012, o que é realizado na seção 5. Finalmente, expõem-se as considerações finais na última seção do presente artigo.

2 CONCEITUAÇÃO DE BOA GOVERNANÇA

Os primeiros trabalhos sobre governança foram desenvolvidos por Berle e Means (1932) no que diz respeito à governança corporativa para discutir empiricamente os conflitos de interesses que existiam em estruturas de propriedade, e com isso, foi verificado os custos e benefícios da separação entre propriedades, onde deveria ser papel do Estado regular as organizações privadas em prol da sociedade.

Na década de 1990, a prática da governança veio para o centro dos debates com o advento da globalização, em que as economias deveriam restabelecer com qualidade e competência a gerência dos recursos públicos, possibilitando a estabilidade política e econômica, com base no cumprimento das obrigações e direitos que o Estado tem perante a população. Desse modo, a boa governança é um fator determinante no que diz respeito à eficiência do crescimento e desenvolvimento socioeconômico de uma região.

A literatura traz diversas contribuições referentes ao conceito sobre a boa governança. Diniz (1996) declara que visando conhecer mais profundamente que condicionantes conferem maior eficiência ao Estado, o Banco Mundial buscou o fortalecimento do Estado, objetivando ser eficiente o serviço ofertado à população com rigor no orçamento e descentralização administrativa, sempre na direção da responsabilidade de cada país. O Banco Mundial, em seu seminal trabalho *Governance and Development*, de 1992, conceitua governança e boa governança como:

Governance is defined as the manner in which power is exercised in the management of a country's economic and social resources for development. Good governance, for the World Bank, is synonymous with sound development management (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 1).

No entendimento de Kaufman, Kraay e Zoido-Lobaton (1999), a boa governança contempla a escolha, o monitoramento e a capacidade de substituição dos governos, considerando a capacidade destes governos de implantarem políticas que vão ao encontro das necessidades dos cidadãos.

Já para Matias-Pereira (2010), boa governança é uma administração da gestão pública, com transparência, integridade, responsabilidade e participação da população, aumentando a eficiência e melhorias para os cidadãos. Esse autor classifica a boa governança como a capacidade que um determinado governo tem para formular, programar e implementar as suas políticas.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (1999) credita que a boa governança corporativa também pode ser executada na gestão pública, porém, com modificações em termos de contextos, tais como o olhar do cidadão, ao invés do acionista/cotista.

3 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE AVALIAÇÃO A GESTÃO MUNICIPAL POR MEIO DE INDICADORES

No que tange a avaliação da gestão municipal, Siedenberg (2003) ressalta que a política de desenvolvimento municipal é avaliada por meio de indicadores, inclusive os utilizados para avaliar o cumprimento da LRF, propiciando que se avalie se as medidas e estratégias adotadas estão sendo efetivas. Para tanto, o autor destaca que esses indicadores requerem ser observados ao longo do tempo, possibilitando a realização de análises e comparações municipais inter ou intra-regionais.

Segundo Lubambo (2006) e Leite Filho e Fialho (2015), no que se refere à avaliação dos municípios, o Índice Firjan de Gestão Fiscal - IFGF, desenvolvido pela Gerência de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), trata de aspectos fiscais e econômicos considerando esses fatores determinantes para mensurar o desempenho de um governo local.

Outros trabalhos mais abrangentes, como o do Instituto Pólis desenvolvido por Souto et. al (1995), Guimarães (2005), Klering (2008) e Nalle Jr (2014) apresentam além dos fatores fiscais e econômicos (PIB *per capita*), outros associados diretamente às demandas e necessidades sociais, bem como os aspectos que tratam das atribuições e competências do município, previstos na Constituição Federal de 1988. Na composição desses indicadores, os autores consideram dados como IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), educação (percentual de crianças matriculadas na pré-escola, taxa de professores com nível superior no ensino básico, taxa de aprovação no nível básico, taxa de abandono no ensino fundamental), saúde (coeficiente de mortalidade infantil municipal, gastos públicos municipais per capita com a saúde, expectativa de vida) e indicadores de saneamento ambiental (domicílios com água tratada, percentual de domicílios com coleta de lixo inadequada).

Freitas Junior (2009), na construção do IAGP-M (Índice de Administração Pública Gerencial Municipal), realizou um levantamento das produções científicas publicadas na EnANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração), entre 2005 e 2008 nas divisões de Gestão Pública e Governança e Políticas Públicas, com o objetivo de descrever as experiências e os resultados encontrados através dos estudos no âmbito municipal com vistas a estabelecer os indicadores necessários para compor esse índice.

Em nível estadual, XXX (2003)¹ e XXXX (2006)² abordam a medição da boa governança e a eficiência na alocação de recursos entre os estados brasileiros, utilizando metodologias que podem ser aplicadas para a avaliação da boa governança em nível municipal, pois além dos dados relacionados a gestão fiscal, desenvolvimento social e econômico, contemplam a perspectiva das condições político-institucionais, considerando, por exemplo, a participação dos cidadãos.

4. DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS DO RS NO INDICADOR DE BOA GOVERNANÇA NO PERÍODO 2008-2012

A eficiência da boa governança dos municípios do RS será medida nessa seção, em que as qualidades dos serviços ofertados do governo à sociedade influenciam diretamente na qualidade de vida dos cidadãos gaúchos. Apesar de serem voltados ao exame da boa governança em nível estadual, optou-se por utilizar a metodologia empregada nos trabalhos de XXX (2003)³ e XXXX (2006)⁴ na construção de indicadores de boa governança, por seguirem de forma mais fidedigna os estudos desenvolvidos pelo Banco Mundial.

Entende-se que a boa governança pode ser medida através de quatro indicadores que demonstram a capacidade dos gestores públicos em: a) garantir a transparência política e o direito de participação de seus cidadãos; b) ofertar serviços públicos de modo eficiente; c) buscar uma melhor distribuição de renda e o bem-estar da população; e d) fomentar um ambiente favorável ao crescimento econômico.

Assim como exposto naqueles trabalhos, o Indicador de Boa Governança (IBG) pode ser composto de três indicadores: Indicador de Participação dos Cidadãos (IPC), Indicador de Gestão Fiscal (IGF), Indicador de Desenvolvimento Social e Econômico (IDSE). O IBG tem

¹ Suprimida a referência para evitar a identificação de um dos autores.

² Idem nota 2.

³ Idem nota 2.

⁴ Idem nota 2.

o objetivo de dimensionar a capacidade dos gestores em administrar a máquina pública, gerando resultados positivos para a sociedade ou custos de eficiência.

Sendo assim, para a construção do Indicador de Boa Governança (IBG), foram considerados os seguintes indicadores, sub-indicadores e suas relativas variáveis para a análise da boa governança, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Composição do Indicador de Boa Governança (IBG)

Indicadores	Sub-indicadores	Variáveis
IPC - Participação dos cidadãos	VS - Votos na situação	VS - Votos na Situação
		VV - Votos Válidos
	VV - Votos válidos	VT - Votos totais
		VB - Número de votos em branco
		VN - Número de votos nulos
IGF - Gestão fiscal	IGG - Índice de orientação dos gastos do governo.	DC – Custeio da Máquina
		DT – Despesas Totais
	IDF - Indicador de desempenho fiscal do governo.	ISS – Imposto sobre Serviços
		IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana
		PIB – Produto Interno Bruto
IDSE - Desenvolvimento social e econômico	IDESE - Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico	IDESE - Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico
	PIB - Produto Interno Bruto	MPM - Mudança de participação do município no produto do Estado.

Fonte: baseado em XXX (2003)⁵, com adaptação para municípios em 2016.

4.1 METODOLOGIA DA COMPOSIÇÃO DO IBG

Em relação ao indicador IPC, os dados das variáveis Votos na Situação, Votos em Branco, Votos Nulos e Votos Totais foram obtidos junto ao site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Quanto às variáveis que compõem o IGF, a fonte utilizada para extração dos dados foi o site do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Finalmente, tanto os dados das variáveis do indicador IDS

⁵ Idem nota 2

quanto do indicador IDE foram coletados no site da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS).

Todas as variáveis do quadro 1 foram normalizadas para se obter valores entre zero e um, como segue:

$$I_{in} = (V_{jn} - V_{jmin}) / (V_{jmax} - V_{jmin}) \quad (1)$$

Em que I_{in} é o indicador i do município n ; V_{jn} é o valor da variável j do município n ; V_{jmin} é o valor mínimo da variável j entre os municípios do RS; e V_{jmax} é o valor máximo da variável j entre os municípios do RS.

Por conseguinte, a performance do gestor do município n é avaliado pela seguinte expressão:

$$IBG_n = (IPC_n + IGF_n + IDSE_n) / 3 \quad (2)$$

Em que IBG_n é o indicador de desempenho do gestor público do município n ; IPC_n é o indicador de participação dos cidadãos do município n ; IGF_n é o indicador de gestão fiscal do município n e $IDSE_n$ é o indicador de desenvolvimento social e econômico do município n .

4.2 O INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS (IPC)

O Estado que aloca os recursos de maneira eficiente gera um desenvolvimento social e econômico motivando o crescimento da nação. Os políticos que percebem essa satisfação da população acabam arrecadando votos e com a possibilidade de ser reeleito acabam gerando uma satisfação de ambas as partes (BRESSER-PEREIRA, 2000). Contudo, de fato quem tem o poder de legitimidade de governança são os agentes públicos ou servidores do Estado. O cidadão tem participação fundamental no momento em que elege o seu candidato nas eleições, pois transfere a ele o poder de gerenciar uma parte dos tributos que o Governo arrecada e por isso a participação e a responsabilidade do cidadão não termina no momento da votação, assim que elege o seu candidato, tem que perpetuar no período do seu eleito para de fato avaliar o retorno que a sociedade espera e exigindo a transparência política do seu eleito. O povo pode e deve participar do governo, dando sua opinião e fiscalizando as ações de seus representantes.

O juízo de cidadania surgiu como querendo significar a qualidade do indivíduo a que se atribuíam direitos políticos de votar e ser votado. Falava-se, então em cidadãos ativos, que gozavam de direitos políticos, e em cidadãos inativos, destituídos dos direitos de eleger e ser eleito (MAZZUOLI, 2001). De acordo a seminal arguição de Souza (1994, p. 22):

O cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação.

Essa conduta é o que gera resultados para a sociedade, tanto positivos quanto negativos, logo, apenas vai depender da participação ativa ou passiva do cidadão. O nível de governança que a população recebe de seus representantes depende de que haja liberdade e incentivo à participação política. No presente estudo aqui desenvolvido, verifica-se a qualidade da governança entre os diferentes municípios do RS e que, portanto, obedecem à mesma legislação. Desse modo, os membros dos diferentes municípios possuem, em princípio, o mesmo grau de “liberdade”. Contudo, essa liberdade exige condições capacitadoras, seja em termos institucionais, seja em termos sociais. Em virtude desse motivo, ainda que entre municípios de um mesmo estado, é passível de ocorrerem variações com relação à participação política.

Para apuração da participação política, utilizou-se variáveis relativas às eleições municipais, em que o sub-indicador é mensurado através da representatividade dos votos válidos recebidos pelo gestor em exercício ou por seus representantes da situação no primeiro turno da próxima eleição. Esse critério se baseia na Teoria da Escolha Racional para justificação do comportamento eleitoral da população, fundamentado na tese de “voto retrospectivo”, em que uma avaliação positiva da gestão atual influencia na votação das eleições seguintes (CARREIRÃO, 1999). Com vistas a determinar qual candidatura corresponde ao governo do período imediatamente anterior às eleições, adotaram-se os seguintes critérios:

- a) Quando o prefeito candidatar-se a um novo mandato pelo mesmo partido que foi eleito quatro anos antes, este será considerado o representante do governo;
- b) Se o prefeito não for candidato à reeleição, considerar-se-á como representante do governo aquele candidato que concorrer pelo mesmo partido, ainda que com coligação com outros partidos;
- c) Caso o prefeito não concorrer e o seu partido apresentar um sucessor, o índice será igual a zero.

Desse modo, o sub-indicador de votos na situação pode ser descrito pela seguinte

equação:

$$VS_n = VG_n / VV_n \quad (3)$$

Em que: VS_n é a participação de eleitores que votaram no candidato da situação no município n , VG_n é o número de eleitores que votaram no candidato do governo no município n ; VV_n é o número de votos válidos no município n .

Por conseguinte, o percentual de votos válidos tem como finalidade retratar a eficiência do processo eleitoral, definido por:

$$VV_n = (NEn - VB_n - VN_n) / NEn \quad (4)$$

Em que: VV_n é a participação dos votos válidos no município n , NEn é o número de eleitores que compareceram à votação no município n , VB_n é o número de votos em branco no município n e VN_n é o número de votos nulos na eleição no município n .

Finalmente, o indicador de participação dos cidadãos é calculado através da média aritmética simples dos dois sub-indicadores, a saber:

$$IPC_r = (VS_r + VV_r) / 2 \quad (5)$$

4.3 INDICADOR DE GESTÃO FISCAL

Através do indicador de gestão fiscal, pretende-se mensurar a eficiência dos gestores municipais na prestação de bens e serviços públicos aos seus cidadãos, em cumprimento com as regras da legislação. Assim, compreende-se como eficiência a competência do governo de oferecer a máxima quantidade de bens e serviços públicos, e ao mesmo tempo exigindo o mínimo de despesas e arrecadação de impostos. Consoante Huther e Shah (s.d.), tal indicador pretende demonstrar quão o Estado está comprometido em prestar serviços públicos à população, em oposição a abarrotar os cofres públicos ou distribuir verbas aos partidos políticos.

Todavia, baseado nessa acepção sobre eficiência, percebe-se igualmente o obstáculo de medir a assertividade dos bens e serviços oferecidos pelos municípios, uma vez que na realidade não se encontram estatísticas padronizadas sobre a quantidade e qualidade dos serviços públicos municipais oferecidos à população. Os dados que mais se aproximam disso são os dados de finanças públicas do Tribunal de Contas do Estado que agrupa os gastos e as receitas governamentais de acordo com a sua natureza.

Destarte, define-se a diferença na participação das despesas de custeio (pessoal, materiais e serviços, etc.) nos custos totais do governo no ano anterior ao início do mandato (2008) e no último ano de governo (2012) como uma *proxy* da provisão de serviços públicos pelo município, já que no resultado desta diferença estaria contido o montante das despesas de capital (construções, compra de terrenos e imóveis, etc.), assim como as despesas com a dívida pública, transferências, imposto sobre a produção, subsídios e inversões financeiras. Deste modo, o resultado permite indicar a evolução da maior ou menor orientação do governo entre a assertividade na disponibilização de bens e serviços públicos e a própria manutenção da máquina pública, ou seja, a relação entre o que a gestão gastou consigo mesma e a sociedade. Ainda, observa-se o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) por parte dos gestores municipais. Este sub-indicador é formalizado como segue:

$$IGG_n = (DC_{n_t} / DT_{n_t}) - (DC_{n_{t-4}} / DT_{n_{t-4}}) \quad (6)$$

Em que IGG_n indica a orientação dos gastos do município n ; DT_n é o montante da despesa total do governo do município n ; DC_n é o montante das despesas de custeio do governo do município n .

Por sua vez, na construção da medida de desempenho fiscal dos municípios, empregou-se a variação da relação entre a receita tributária com os dois principais impostos municipais, Impostos sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), e o Produto Interno Bruto do município (PIB) no ano imediatamente anterior ao início da gestão e o seu último ano de governo. Dessa forma:

$$IDF_n = (ISS_{n_t} + IPTU_{n_t}) / PIB_{n_t} - (ISS_{n_{t-4}} + IPTU_{n_{t-4}}) / PIB_{n_{t-4}} \quad (7)$$

Onde IDF_n é indica o desempenho fiscal da gestão do município n ; ISS_n é a arrecadação de ISS do município n ; $IPTU_n$ é a arrecadação de IPTU do município n ; e PIB_n é Produto Interno Bruto do município n .

Por último, o indicador de gestão fiscal do município n , IGF_n , é representado pela média do IGG_n e do IDF_n , assumindo, portanto, a seguinte expressão:

$$IGF_n = (IGG_n + IDF_n) / 2 \quad (8)$$

4.4 INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Para a mensuração do desenvolvimento social, optou-se por utilizar somente o IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo a FEE (2016), esse indicador “avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à Educação, à Renda e à Saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento”. No presente trabalho, verificar-se-á a variação do IDESE entre os anos 2008 e 2012, refletindo o desempenho de cada município do RS nesse período. Assim, o IDESE de cada município será calculado como segue:

$$\text{IDESE}_n = \text{IDESE}_{n_t} - \text{IDESE}_{n_{t-4}} \quad (9)$$

Onde IDESE_n é o indicador de desenvolvimento sócio-econômico do município n ;

Já para o componente econômico deste indicador, o crescimento do PIB se trata de um indicador tradicional de mensuração do desempenho de uma região. Visto que os municípios dependerem tanto de políticas macroeconômicas (monetária, fiscal, cambial, etc.) e de políticas econômicas estaduais (incentivos fiscais, programas setoriais, etc.), o seu desempenho econômico acaba, sobretudo, muito influenciado por medidas adotadas nessas duas esferas. Contudo, os governos municipais, de posse de recursos oriundos da União, Estado ou próprios, apresentam relativa autonomia para atrair investimentos na agricultura, indústria, comércio e serviços, como incentivos fiscais capazes de influenciar o desempenho da economia local. Também se pode ressaltar o impacto na economia local de políticas voltadas a urbanização, a atuação dos PROCON's, as leis municipais de proteção ao meio ambiente e ações de combate ao desemprego (CORRALO, 2014).

Portanto, as medidas e políticas adotadas pelos gestores municipais têm potencial de influenciar sobre o ranqueamento dos municípios na participação da renda estadual e o grau de disparidades entre eles. Assim, o sub-índice “Produto Interno Bruto” foi inserido no cálculo do Indicador de Desempenho Econômico dos governos municipais através de dois modos: o crescimento do PIB municipal durante a gestão e a alteração do peso do PIB municipal sobre o estado. Pode ser descrito da seguinte forma:

$$\text{DPE}_n = (\text{CPE}_n + \text{MPE}_n) / 2 \quad (10)$$

em que DPE_n é o sub-índice que reflete o desempenho do PIB do município n ;

CPEn é o crescimento do PIB do município n ; e MPEn é a mudança de participação do PIB do município n .

5. ANÁLISE DE DESEMPENHO DO IBG DOS MUNICÍPIOS DO RS

De modo geral, constata-se que o indicador de boa governança dos municípios do estado do RS demonstrou uma distribuição homogeneamente distribuída com média 0,59 e mediana 0,59. No desempenho do indicador (Gráfico 1), observa-se um ranking bem definido, sem casos extremos que possam ser considerados como *outliers*. Em virtude da ausência de alguns dados relativos a despesas de custeio e despesa total de 17 municípios⁶ do RS, a população analisada foi reduzida para 480 municípios.

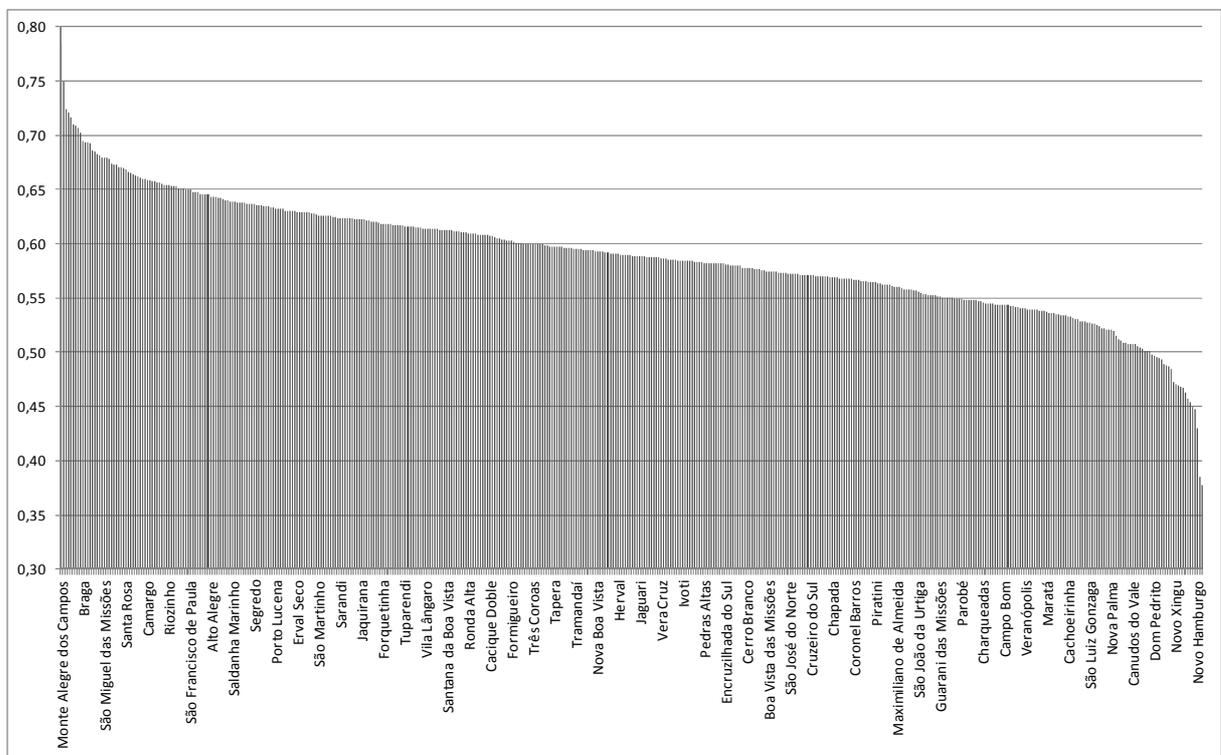


Gráfico 1: Indicador de Boa Governança – 2008-2012

De acordo com XXXX (2006, p.)⁷, “A utilização de uma série de indicadores para a composição de um único indicador de boa governança permite uma visão conjunta do

⁶ No site do TSE, os municípios de Entre Rios do Sul, Erval Grande, Faxinalzinho, São Valentim e Severiano de Almeida não apresentaram informações de despesas de custeio e total de 2008. São Pedro do Sul aparece sem dados de custeio de 2008. Já Boa Vista do Cadeado, Coqueiro Baixo, Itacurubi, São José dos Ausentes apenas não registram dados de despesa total de 2008. Por sua vez, Sentinela do Sul consta sem despesas de custeio de 2008 e despesas totais de 2012. As cidades de Chuí, Cruz Alta, São Sepé, Sapucaia do Sul e Três de Maio faltam dados de Despesa Total de 2012. E, finalmente, Pinto Bandeira não apresenta nenhuma das informações, inclusive de arrecadação de impostos no site da FEE/RS.

⁷ Idem nota 2.

desempenho de cada estado”. Crê-se que o mesmo valha para municípios do RS, contudo, entende-se ser igualmente relevante examinar a posição de cada município nos indicadores que compõem o IBG, o que será feito ao final desta seção, conferindo melhor representação do resultado final.

Tabela 1 – Melhores desempenhos dos municípios do RS no IBG

Municípios	IPC	IGF	IDSE	IBG
Monte Alegre dos Campos	0,74	0,72	0,89	0,78
São Pedro das Missões	0,95	0,52	0,78	0,75
Quatro Irmãos	0,99	0,41	0,78	0,72
São José das Missões	0,98	0,40	0,78	0,72
Planalto	0,97	0,40	0,78	0,72
Sertão	0,96	0,39	0,78	0,71
Tiradentes do Sul	0,86	0,48	0,78	0,71
Trindade do Sul	0,98	0,36	0,78	0,71
Campestre da Serra	0,98	0,42	0,71	0,70
<u>Braga</u>	0,83	0,55	0,71	0,69

Elaboração própria dos autores

Mediante avaliação do Gráfico 1, percebe-se que o melhor desempenho no IBG atingido por Monte Alegre dos Campos deriva da obtenção da segunda posição no IDSE (índice de 0,89), atrás apenas de Porto Alegre (0,94) nesse quesito, e da mesma colocação no IGF (índice de 0,72), ante 0,76 alcançado pelo primeiro colocado (Arambaré). No IPC, a despeito do seu índice atingido ter sido 0,74, apareceu tão somente na 191ª posição. Já o município de São Pedro das Missões registrou um desempenho menos equilibrado nos três indicadores, alcançando a 2ª posição no IBG graças à 21ª colocação no IPC, com índice de 0,95.

Tabela 2 – Piores desempenhos dos municípios do RS no IBG

Municípios	IPC	IGF	IDSE	IBG
Itaqui	0,21	0,30	0,62	0,38
Canoas	0,67	0,30	0,18	0,39
Novo Hamburgo	0,28	0,37	0,64	0,43
Sobradinho	0,27	0,29	0,78	0,45
Gravataí	0,38	0,30	0,67	0,45
Augusto Pestana	0,34	0,38	0,65	0,45
Campo Novo	0,22	0,42	0,73	0,46
Campina das Missões	0,52	0,28	0,59	0,46
Cachoeira do Sul	0,49	0,25	0,66	0,47
Capão Bonito do Sul	0,66	0,27	0,47	0,47

Elaboração própria dos autores

Quanto aos piores desempenhos no IBG, destaca-se a baixa performance de Itaqui, que obteve péssimo desempenho no indicador IPC, e insatisfatório resultado no IGF. Canoas, por sua vez, teve o pior desempenho no IDSE, ficando com a penúltima colocação no ranking IBG de municípios gaúchos.

5.1. DESEMPENHO DO INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

O Indicador de Participação dos Cidadãos (IPCn) demonstrou no período 1998-2012 uma distribuição bem equilibrada com média 0,71 e mediana 0,72. Demonstra que a maioria dos municípios gaúchos apresentou significativa participação nas eleições municipais, sendo que em metade dos 480 cidades avaliadas nesse estudo o nível foi acima de 70%.

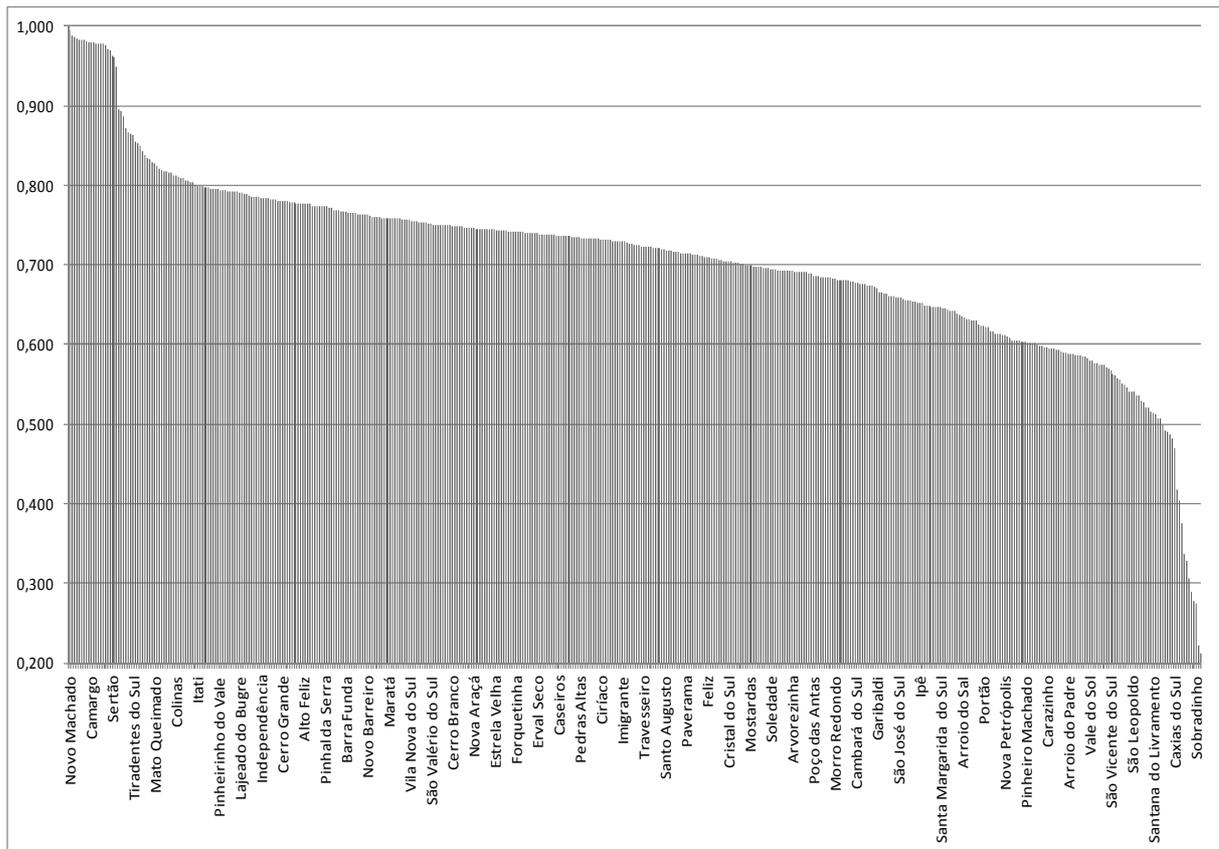


Gráfico 2: Indicador de Participação dos Cidadãos – 2008-2012

O melhor desempenho no Indicador de Participação dos Cidadãos foi do município de Novo Machado, com índice de 0,994, seguido por Floriano Peixoto (0,988), Quatro Irmãos (0,986) e Engenho Velho (0,985). Deve-se interpretar esse resultado com certa parcimônia, pois, em tese, municípios maiores tendem a ter mais candidatos nas eleições, diminuindo o percentual de votos na situação. É o caso de Porto Alegre, que atingiu somente 0,48, amargando apenas a 468ª posição, apesar de ter se posicionado em 173º colocado no IBG. O sub-indicador que mais lhe prejudicou foi justamente o percentual de votos na situação no primeiro turno, apenas 10% dos votos válidos no primeiro turno, sinalizando uma má avaliação da gestão iniciada em 2008. Já Itaqui foi o município com pior índice no IPC, atingiu somente 0,21, prejudicado pelo baixo percentual de votos válidos de somente 49,4%. Essa baixa participação é explicada pelo alto índice de votos nulos, que representaram 48,7% dos votos totais.

5.2. DESEMPENHO DO INDICADOR DE GESTÃO FISCAL

O Indicador de Gestão Fiscal apresentou uma distribuição homogênea para os anos de 2008-2012, sua média foi 0,36 e sua mediana 0,35. Todavia, diferentemente dos outros

indicadores, apresenta alguns casos de *outliers* tanto no primeiro quanto no último quartil. Os municípios de Arambaré e Monte Alegre dos Campos, como frisado anteriormente, foram os dois melhores desempenhos nesse indicador (0,76 e 0,72, respectivamente), contudo, apresentam uma diferença de 0,21 e 0,17 para o terceiro colocado, que é Braga (0,55). Arambaré se destacou nesse índice devido a sua ótima performance na orientação de gastos, tendo reduzido 29% no período analisado, enquanto Monte Alegre dos Campos foi o melhor município no sub-indicador de desempenho fiscal, com elevação de 4,39%.

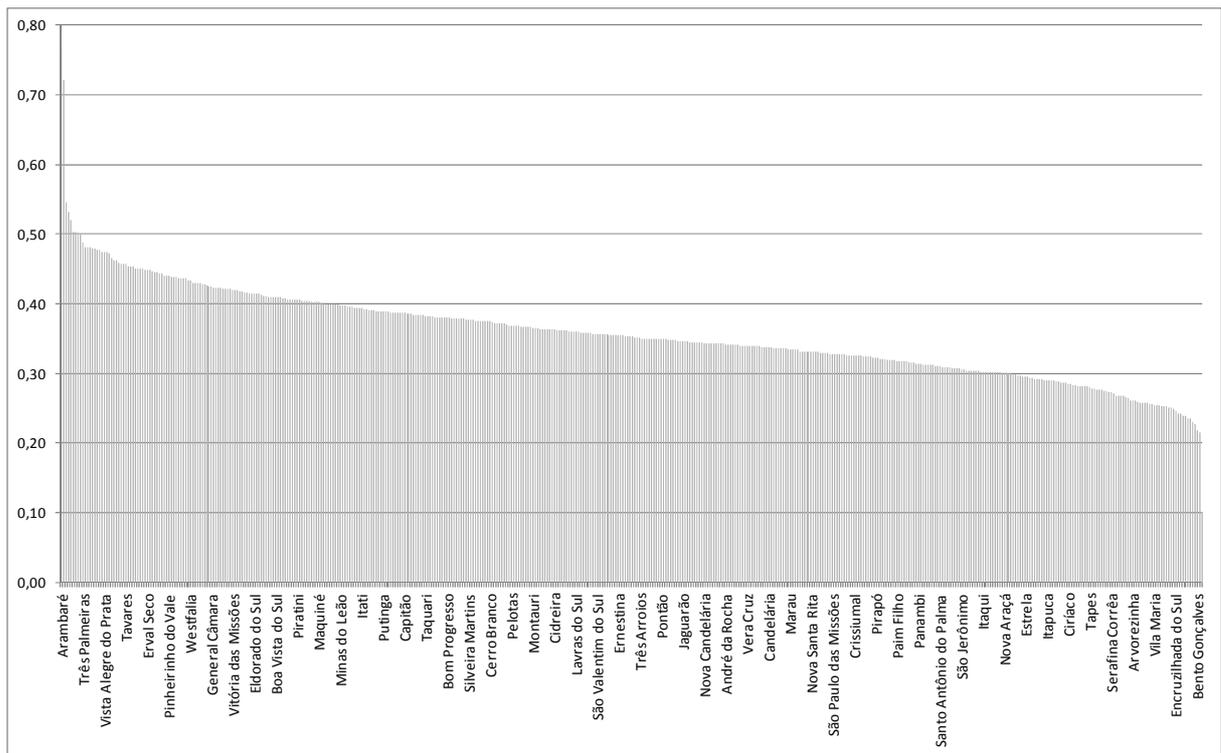


Gráfico 3: Indicador de Gestão Fiscal – 2008-2012

Quanto ao pior resultado no IGF, Alpestre obteve somente 0,10 no indicador, ante 0,21 de Maratá, o penúltimo colocado no ranking da gestão fiscal. Credita-se ao péssimo desempenho desse município à extremamente baixa arrecadação de impostos municipais sobre o PIB, tendo recuado 3,3 pontos percentuais em 2012 em relação a 2008.

5.3. DESEMPENHO DO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Para o cálculo do Indicador de Desenvolvimento Social e Econômico (IDSEn) para 2008 a 2012, o IDSEn apresentou uma distribuição bem homogênea, com média 0,70 e mediana 0,71. Este comportamento pode ser atribuído à constância observada no sub-

indicador Mudança de Participação no PIB, que em 401 municípios a variação oscilou entre - 0,01 e + 0,01 pontos percentuais. Por outro lado, percebe-se que os extremos podem ser considerados como *outliers*.

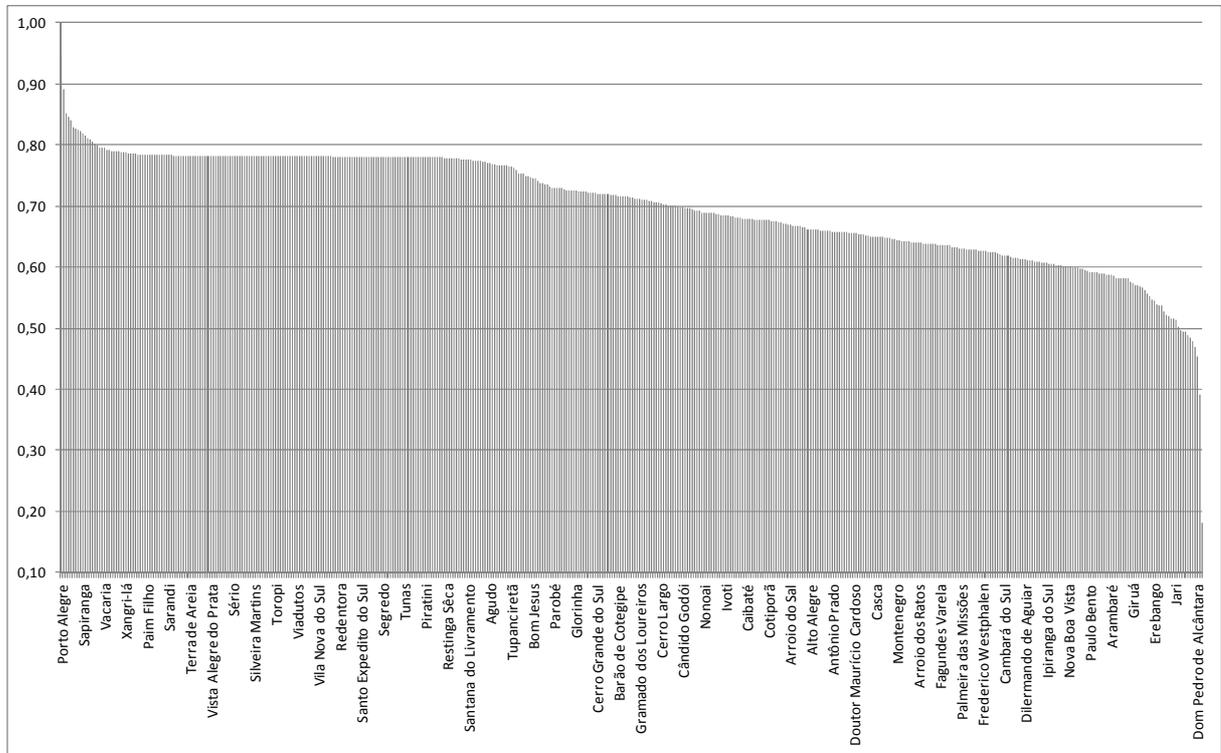


Gráfico 4: Indicador de Desenvolvimento Social e Econômico – 2008-2012

Examinando a performance dos municípios gaúchos nesse indicador, o primeiro colocado foi Porto Alegre, com índice de 0,94, seguido de Monte Alegre dos Campos, com 0,89. A capital atingiu elevado desempenho em virtude da forte elevação de sua participação no PIB gaúcho de 0,81 pontos percentuais entre 2008 e 2012 (a maior foi 1,1 ponto percentual obtido por Caxias do Sul). Deve-se dar o devido destaque a Monte Alegre dos Campos pela ótima performance no IDESE, com variação de 21%, o melhor resultado nesse importante sub-indicador. Entretanto, Canoas sofreu a maior queda na participação do PIB, na ordem de 3,95 pontos percentuais, situando-se na pior colocação do IDSE.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A boa governança é um conceito utilizado pelo Banco Mundial, principalmente a partir dos anos 1990, que vem sendo aplicado em trabalhos em nível nacional e internacional. Visando avaliar a qualidade da gestão pública de municípios do RS, a acepção de boa governança foi adaptada para a construção de um índice de boa governança para municípios mediante a utilização de outras variáveis que melhor se adequam às idiossincrasias dessas

localidades. Na apuração do Indicador de Boa Governança para cada município do RS, o melhor resultado foi apresentado por Monte Alegre dos Campos, devido à obtenção de ótimos índices nos indicadores IPC e IDSE, além de um bom desempenho no Indicador de Gestão Fiscal.

A seguir, ocupando as 2º e 3º posições, aparecem os municípios de São Pedro das Missões e Quatro Irmãos, que demonstraram ótimo desempenho no indicador IPC, sendo esse último o melhor resultado nesse índice. Já com relação aos municípios com pior governança, Itaqui e Canoas foram os destaques negativos, muito impactados pela péssima performance no IPC e IDSE, respectivamente

Logo, em virtude da distribuição estatística homogênea dos indicadores que compõem o IBG, assim como do próprio índice, crê-se que os resultados dessa pesquisa indicam para a utilização do IBG como instrumento adequado de verificação da performance dos gestores públicos municipais do RS, já que levam em conta tanto os resultados atingidos pelo governo, como a eficiência na alocação dos recursos públicos.

Todavia, isso não implica afirmar que o IBGn seja um indicador que não requiera aperfeiçoamentos na sua aplicação com vistas a avaliar o desempenho dos gestores nos municípios gaúchos. Existem possibilidades que podem ser testadas, como a inclusão ou substituição de algumas variáveis. Devido à pertinência do assunto e à carência de instrumentos de apuração da qualidade da governança, primordialmente para municípios, sustenta-se a revisão metodológica da construção do índice, assim como o acompanhamento da evolução do IBG para as próximas gestões municipais.

5. Referências

BERLE, Adolf A.; GARDINER, C. Means. 1932. **The modern corporation and private property**, p. 204-5, 1968.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.** (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp101.htm>>. Acesso em: 8 set 2015.

BRESSER-PEREIRA L. C. A reforma gerencial do Estado de 1995. **RAP- Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro**, v. 34, p. 7-26, Jul./Ago. 2000. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/608-RefGerencial_1995-RAP.pdf>. Acesso em: 03 set 2015

CARREIRÃO. Y. “Avaliação do Desempenho do Presidente e Voto. Quem são os eleitores retrospectivos?”. **Apresentado no XXIII Encontro Anual da ANPOCS – Caxambu**. 1999.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Compreendendo e avaliando a gestão municipal. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/institucional/irfs>>. Acesso em: 16 out. 2015.

CORRALO, Giovani da Silva. A boa governança local e a atividade econômica: o poder municipal como indutor do desenvolvimento sustentável e da justiça social. Marília/SP: UNIMAR, **Argumentum Revista de Direito**, n. 15, 2014.

DINIZ, Eli. **Governabilidade, governance e reforma do Estado**: considerações sobre o novo paradigma. 1996.

XXX, 2003.

FREITAS JUNIOR, Dionysio Borges de. **Avaliação da administração pública gerencial em municípios por meio de indicadores**. Dissertação (Mestrado) Lavras: UFLA, 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). Idese. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/idese>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

GERIGK, Willson O **impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios do Paraná**. Dissertação (Mestrado). Curitiba, Programa de Mestrado em Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), , 2008. 315p.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir. **Influência da LRF sobre a gestão financeira: espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos**. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 15,n. 3,p. 513-537,June 2011 .Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552011000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 set 2015

KAUFMAN, Daniel. KRAAY, Aart. ZOIDO-LOBATÓN, Pablo (1999). Governance Matters. **Police Research Working Paper** 2196. World Bank.

KLERING, Luis Roque. Avaliação da gestão dos municípios do Brasil pelo IRFS – Índice de Responsabilidade Fiscal, de Gestão e Social – 2002 a 2006. **Redes**, v. 12, n. 2, p. 196-217, 2008.

GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. CONPEDI, Manaus, Anais, 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/conceito_de_governanca.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira. Estudos Urbanos e Regionais**, Salvador, v. 7,n. 1, 73-89, 2005.

HUTHER, Jeff, SHAH, Anwar (S. D.). **Applying a Simple Measure of Good Governance to the Debate on Fiscal Decentralization**. World Bank.

XXXX, 2006.

LEITE FILHO, GERALDO ALEMANDRO; FIALHO, TÂNIA MARTA MAIA. **Efeitos dos indicadores de qualidade da gestão pública municipal nos indicadores de desenvolvimento dos municípios brasileiros.** Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos152015/37.pdf>> Acesso em 29 set 2015

LEITE FILHO, GERALDO ALEMANDRO et. al. **Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Indicadores de Desenvolvimento e de Responsabilidade Social dos Municípios do Estado de Minas Gerais.** RMC, Revista Mineira de Contabilidade, v. 16, n. 2, art. 2, p. 14-25, maio/ago. 2015

LUBAMBO, Cátia W. Desempenho da gestão pública: que variáveis compõem a aprovação popular em pequenos municípios? **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 86-125, jul-dez/2006.

MATIAS-PEREIRA. J. **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro;** APGS. Viçosa. v.2. n.1, pp. 109-134. mar, 2010. Disponível em:<<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/viewFile/21/22>>. Acesso em: 04 out 2015

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. [Direitos humanos, cidadania e educação.](#) **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2074>>. Acesso em: 10 set. 2015.

MUNDIAL, Banco. Governance and development. In: **Governance and Development.** World Bank, 1992.

NALLE JR, Claudionei. **Indicador de desenvolvimento municipal (IDM):** uma proposta de caracterização dos municípios brasileiros. 2014. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, 2014, 307.p

OLIVEIRA, João Barbosa de (2001). Renda per capita, desigualdades de renda e educacional, e participação política no Brasil. **Texto para discussão** nº 827. IPEA.

SIEDENBERG, D. R. (2003). Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Revista Desenvolvimento em Questão**, 1, (1), 45-71.

SOUTO, Anna Luiza Salles et al. Como Reconhecer um Bom Governo? **Revista Pólis**, São Paulo, n. 21, 1995.

SOUZA, Herbert - Betinho - **Ética e Cidadania.** São Paulo. Moderna, 1994.

ANEXO I – Ranking dos municípios gaúchos no IBG – 2008-2012

	Municípios	IPC	IGF	IDS E	IB G
1	Monte Alegre dos Campos	0,74	0,72	0,89	0,78
2	São Pedro das Missões	0,95	0,52	0,78	0,75
3	Quatro Irmãos	0,98	0,41	0,78	0,72
4	São José das Missões	0,98	0,40	0,78	0,72
5	Planalto	0,97	0,40	0,78	0,72
6	Sertão	0,96	0,39	0,78	0,71
7	Tiradentes do Sul	0,86	0,48	0,78	0,71
8	Trindade do Sul	0,98	0,36	0,78	0,71
9	Campestre da Serra	0,98	0,42	0,71	0,70
10	Braga	0,83	0,55	0,71	0,69
11	Florianópolis	0,98	0,45	0,65	0,69
12	Barra do Quaraí	0,98	0,44	0,66	0,69
13	Sagrada Família	0,98	0,31	0,78	0,69
14	Colinas	0,81	0,48	0,77	0,69
15	Barra do Guarita	0,89	0,45	0,72	0,69
16	Ponte Preta	0,82	0,45	0,78	0,68
17	Vista Alegre do Prata	0,79	0,47	0,78	0,68
18	Bom Progresso	0,98	0,38	0,68	0,68
19	São Miguel das Missões	0,90	0,37	0,77	0,68
20	Barão de Cotegipe	0,86	0,47	0,72	0,68
21	Fontoura Xavier	0,96	0,39	0,69	0,68
22	Pinheirão do Vale	0,79	0,44	0,79	0,67
23	Tunas	0,78	0,46	0,78	0,67
24	Esperança do Sul	0,74	0,45	0,82	0,67

25	Água Santa	0,85	0,41	0,75	0,67
26	Arambaré	0,67	0,76	0,59	0,67
27	Linha Nova	0,82	0,35	0,85	0,67
28	Santa Rosa	0,69	0,53	0,78	0,67
29	Unistalda	0,78	0,43	0,78	0,67
30	Novo Machado	0,99	0,36	0,64	0,66
31	Vicente Dutra	0,71	0,50	0,78	0,66
32	Rodeio Bonito	0,80	0,40	0,78	0,66
33	São Nicolau	0,74	0,46	0,78	0,66
34	Tavares	0,75	0,46	0,78	0,66
35	Itatiba do Sul	0,98	0,33	0,68	0,66
36	Miraguaí	0,73	0,42	0,83	0,66
37	Camargo	0,98	0,34	0,66	0,66
38	Caibaté	0,98	0,32	0,68	0,66
39	Vitória das Missões	0,77	0,42	0,78	0,66
40	Campinas do Sul	0,98	0,39	0,60	0,66
41	Carlos Gomes	0,77	0,42	0,78	0,66
42	Três Palmeiras	0,70	0,49	0,78	0,66
43	Engenho Velho	0,98	0,31	0,68	0,66
44	Marcelino Ramos	0,98	0,33	0,65	0,65
45	Lagoa Bonita do Sul	0,97	0,33	0,66	0,65
46	Riozinho	0,81	0,37	0,78	0,65
47	Vila Nova do Sul	0,76	0,42	0,78	0,65
48	Barão	0,98	0,24	0,74	0,65
49	Seberi	0,77	0,41	0,78	0,65
50	Roque Gonzales	0,74	0,44	0,78	0,65
51	Sinimbu	0,84	0,34	0,78	0,65
52	São Valério do Sul	0,75	0,42	0,78	0,65
53	Putinga	0,78	0,39	0,78	0,65

54	Vista Gaúcha	0,81	0,36	0,78	0,65
55	São Francisco de Paula	0,74	0,43	0,78	0,65
56	Rolador	0,79	0,37	0,78	0,65
57	Vespasiano Correa	0,76	0,40	0,78	0,65
58	Minas do Leão	0,78	0,40	0,76	0,65
59	Itati	0,80	0,39	0,75	0,65
60	Taquaruçu do Sul	0,80	0,36	0,78	0,65
61	Vale Verde	0,72	0,44	0,78	0,65
62	Candiota	0,77	0,36	0,80	0,65
63	São Valentim do Sul	0,80	0,36	0,78	0,64
64	Alto Alegre	0,79	0,47	0,66	0,64
65	Mampituba	0,78	0,40	0,75	0,64
66	Rio dos Índios	0,69	0,46	0,78	0,64
67	União da Serra	0,80	0,34	0,78	0,64
68	Santo Antônio do Planalto	0,75	0,39	0,78	0,64
69	Santiago	0,82	0,33	0,78	0,64
70	Sede Nova	0,75	0,39	0,78	0,64
71	Vista Alegre	0,74	0,40	0,78	0,64
72	Senador Salgado Filho	0,76	0,38	0,78	0,64
73	Saldanha Marinho	0,74	0,40	0,78	0,64
74	Protásio Alves	0,79	0,34	0,78	0,64
75	Novo Barreiro	0,76	0,43	0,72	0,64
76	Santa Clara do Sul	0,75	0,38	0,78	0,64
77	Vanini	0,81	0,32	0,78	0,64
78	Liberato Salzano	0,71	0,39	0,81	0,64
79	Sananduva	0,76	0,37	0,78	0,64

	a				
80	Tupanci do Sul	0,74	0,39	0,78	0,64
81	Cerro Grande	0,78	0,43	0,70	0,64
82	Segredo	0,75	0,38	0,78	0,64
83	São Pedro do Butiá	0,78	0,35	0,78	0,64
84	Santa Maria do Herval	0,76	0,36	0,78	0,64
85	Tio Hugo	0,77	0,35	0,78	0,64
86	Porto Mauá	0,87	0,26	0,78	0,63
87	Presidente Lucena	0,72	0,40	0,78	0,63
88	Boa Vista do Sul	0,71	0,41	0,79	0,63
89	Jacuizinho	0,84	0,41	0,65	0,63
90	Morrinhos do Sul	0,79	0,45	0,65	0,63
91	Porto Lucena	0,80	0,32	0,78	0,63
92	Dois Irmãos das Missões	0,80	0,44	0,66	0,63
93	Rondinha	0,79	0,33	0,78	0,63
94	Caiçara	0,73	0,42	0,74	0,63
95	Gaurama	0,82	0,39	0,69	0,63
96	Santa Vitória do Palmar	0,70	0,38	0,81	0,63
97	Bozano	0,83	0,41	0,64	0,63
98	Ubiretama	0,77	0,34	0,78	0,63
99	São José do Ouro	0,69	0,42	0,78	0,63
100	Erval Seco	0,74	0,45	0,70	0,63
101	Selbach	0,76	0,35	0,78	0,63
102	Sério	0,72	0,38	0,78	0,63
103	Nova Hartz	0,69	0,38	0,81	0,63
104	Terra de Areia	0,76	0,35	0,78	0,63
105	Tenente Portela	0,78	0,32	0,78	0,63
106	São José do Hortêncio	0,75	0,35	0,78	0,63
107	Relvado	0,73	0,37	0,78	0,63
108	São Martinho da Serra	0,72	0,38	0,78	0,63
109	São Martinho	0,76	0,34	0,78	0,63
110	Agudo	0,76	0,35	0,77	0,63
111	Dona Francisca	0,79	0,36	0,72	0,63
112	Toropi	0,74	0,36	0,78	0,63
113	Lajeado do Bugre	0,79	0,50	0,58	0,63
114	Santa Cecília do	0,71	0,38	0,78	0,63

	Sul				
115	São Leopoldo	0,54	0,48	0,85	0,62
116	Xangri-lá	0,61	0,47	0,79	0,62
117	Ivorá	0,73	0,44	0,70	0,62
118	Sarandi	0,77	0,32	0,78	0,62
119	São Francisco de Assis	0,75	0,34	0,78	0,62
120	São José do Herval	0,71	0,37	0,78	0,62
121	Porto Xavier	0,76	0,35	0,77	0,62
122	Três Arroios	0,74	0,35	0,78	0,62
123	Westfália	0,65	0,43	0,78	0,62
124	Três Forquilhas	0,78	0,31	0,78	0,62
125	Tabaí	0,70	0,39	0,78	0,62
126	Benjamin Constant do Sul	0,85	0,39	0,63	0,62
127	Jaquirana	0,76	0,45	0,66	0,62
128	Coqueiros do Sul	0,73	0,45	0,68	0,62
129	Teutônia	0,79	0,29	0,78	0,62
130	Alecrim	0,81	0,32	0,73	0,62
131	Viamão	0,63	0,44	0,79	0,62
132	Herveiras	0,71	0,40	0,75	0,62
133	Tupandi	0,79	0,28	0,79	0,62
134	Dois Irmãos	0,87	0,28	0,70	0,62
135	São Vendelino	0,76	0,31	0,78	0,62
136	Forquetha	0,74	0,36	0,75	0,62
137	Santo Antônio do Palma	0,76	0,31	0,78	0,62
138	Ibarama	0,82	0,39	0,64	0,62
139	Silveira Martins	0,69	0,38	0,78	0,62
140	Ijuí	0,68	0,45	0,72	0,62
141	Doutor Ricardo	0,83	0,29	0,73	0,62
142	Nova Roma do Sul	0,78	0,31	0,77	0,62
143	Ibiaçá	0,78	0,42	0,65	0,62
144	Mariana Pimentel	0,68	0,50	0,67	0,62
145	Tuparendi	0,74	0,33	0,78	0,62
146	Sapiranga	0,69	0,34	0,82	0,62
147	Santo Augusto	0,72	0,35	0,78	0,62
148	Salvador	0,79	0,27	0,78	0,62

8	das Missões				
149	David Canabarro	0,75	0,38	0,71	0,62
150	Três Cachoeiras	0,73	0,34	0,78	0,62
151	Arroio do Tigre	0,69	0,44	0,72	0,61
152	São Paulo das Missões	0,74	0,33	0,78	0,61
153	Pontão	0,71	0,35	0,78	0,61
154	Vila Lângaro	0,60	0,46	0,78	0,61
155	Glorinha	0,78	0,34	0,73	0,61
156	Redentora	0,76	0,30	0,78	0,61
157	São Jorge	0,72	0,34	0,78	0,61
158	Santa Bárbara do Sul	0,68	0,38	0,78	0,61
159	São Lourenço do Sul	0,75	0,31	0,78	0,61
160	São Pedro da Serra	0,72	0,33	0,78	0,61
161	Caraá	0,75	0,37	0,72	0,61
162	Humaitá	0,81	0,31	0,72	0,61
163	Santana da Boa Vista	0,68	0,38	0,78	0,61
164	Victor Graeff	0,74	0,32	0,78	0,61
165	Portão	0,62	0,43	0,79	0,61
166	Progresso	0,65	0,40	0,78	0,61
167	Estação	0,78	0,34	0,71	0,61
168	Novo Tiradentes	0,81	0,37	0,66	0,61
169	Paim Filho	0,73	0,32	0,78	0,61
170	Nova Ramada	0,75	0,45	0,63	0,61
171	Estrela Velha	0,74	0,41	0,68	0,61
172	Ronda Alta	0,74	0,31	0,78	0,61
173	Porto Alegre	0,48	0,40	0,94	0,61
174	Gramado dos Loureiros	0,72	0,40	0,71	0,61
175	Pirapó	0,72	0,32	0,78	0,61
176	São João do Polêsine	0,70	0,34	0,78	0,61
177	Iraí	0,78	0,41	0,63	0,61
178	São José do Inhacorá	0,69	0,36	0,78	0,61
179	Ametista do Sul	0,80	0,26	0,77	0,61

180	Bagé	0,76	0,40	0,67	0,61
181	Cacique Doble	0,74	0,33	0,75	0,61
182	Viadutos	0,68	0,36	0,78	0,61
183	Bom Princípio	0,74	0,37	0,72	0,61
184	Serafina Corrêa	0,76	0,27	0,78	0,60
185	Ajuricaba	0,74	0,36	0,72	0,60
186	Mormaço	0,78	0,41	0,62	0,60
187	Arroio do Padre	0,59	0,39	0,83	0,60
188	Coxilha	0,71	0,40	0,70	0,60
189	Montauri	0,78	0,37	0,66	0,60
190	Formigueiro	0,76	0,33	0,72	0,60
191	Sete de Setembro	0,75	0,27	0,78	0,60
192	Charrua	0,65	0,43	0,72	0,60
193	São José do Sul	0,66	0,36	0,78	0,60
194	Itapuca	0,79	0,29	0,73	0,60
195	Itaara	0,70	0,42	0,68	0,60
196	Cambará do Sul	0,68	0,50	0,62	0,60
197	Poço das Antas	0,69	0,33	0,78	0,60
198	Gramado	0,70	0,35	0,75	0,60
199	Três Coroas	0,69	0,30	0,80	0,60
200	Pareci Novo	0,63	0,44	0,73	0,60
201	Vacaria	0,68	0,33	0,79	0,60
202	Campos Borges	0,74	0,36	0,70	0,60
203	Santa Margarida do Sul	0,65	0,37	0,78	0,60
204	Lagoão	0,68	0,43	0,69	0,60
205	Três Passos	0,65	0,36	0,78	0,60
206	Sertão Santana	0,72	0,29	0,78	0,60
207	Travesseiro	0,72	0,29	0,78	0,60
208	Tapera	0,69	0,32	0,78	0,60
209	Quaraí	0,68	0,33	0,78	0,60
210	Tapejara	0,75	0,26	0,78	0,60
211	Coronel Pilar	0,77	0,26	0,76	0,60
212	Rio Pardo	0,61	0,40	0,77	0,60
213	Santa Tereza	0,78	0,24	0,77	0,60
214	Alto Feliz	0,78	0,24	0,77	0,60
215	Porto Vera Cruz	0,61	0,39	0,78	0,60

216	Pedro Osório	0,87	0,40	0,52	0,60
217	Tramandaí	0,68	0,32	0,79	0,60
218	Barracão	0,75	0,38	0,66	0,60
219	Entre-íjuís	0,59	0,48	0,72	0,59
220	Triunfo	0,82	0,33	0,63	0,59
221	Guaporé	0,77	0,36	0,65	0,59
222	Vila Flores	0,68	0,31	0,78	0,59
223	Pouso Novo	0,70	0,30	0,78	0,59
224	Coronel Bicaco	0,73	0,41	0,64	0,59
225	Aratiba	0,76	0,33	0,69	0,59
226	Nova Boa Vista	0,80	0,38	0,60	0,59
227	Capitão	0,80	0,39	0,60	0,59
228	São Domingos do Sul	0,70	0,30	0,78	0,59
229	Alegria	0,74	0,36	0,68	0,59
230	Chувиска	0,75	0,35	0,67	0,59
231	Vila Maria	0,74	0,26	0,78	0,59
232	Rolante	0,64	0,34	0,79	0,59
233	Salto do Jacuí	0,60	0,39	0,78	0,59
234	Áurea	0,70	0,41	0,67	0,59
235	Herval	0,76	0,35	0,66	0,59
236	São Sebastião do Caí	0,69	0,30	0,78	0,59
237	Bom Jesus	0,73	0,29	0,75	0,59
238	Getúlio Vargas	0,72	0,34	0,70	0,59
239	Cerro Largo	0,74	0,33	0,70	0,59
240	Santo Antônio das Missões	0,68	0,31	0,78	0,59
241	Maçambará	0,79	0,47	0,50	0,59
242	Lindolfo Collor	0,71	0,38	0,68	0,59
243	Colorado	0,74	0,39	0,64	0,59
244	Jaguari	0,72	0,37	0,67	0,59
245	Santo Expedito do Sul	0,56	0,42	0,78	0,59
246	Nonoai	0,79	0,29	0,69	0,59
247	Taquari	0,60	0,38	0,78	0,59
248	Jaguarão	0,70	0,35	0,72	0,59
249	Cacequi	0,70	0,35	0,71	0,59

250	Barros Cassal	0,75	0,36	0,65	0,59
251	Paverama	0,71	0,33	0,72	0,59
252	General Câmara	0,73	0,42	0,61	0,59
253	Vera Cruz	0,64	0,34	0,78	0,59
254	Canela	0,68	0,39	0,68	0,59
255	Restinga Sêca	0,69	0,29	0,78	0,59
256	Manoel Viana	0,73	0,37	0,65	0,59
257	Muitos Capões	0,79	0,37	0,60	0,59
258	Venâncio Aires	0,63	0,33	0,80	0,58
259	Inhacorá	0,68	0,45	0,63	0,58
260	Boa Vista do Buricá	0,77	0,34	0,64	0,58
261	Mata	0,71	0,35	0,70	0,58
262	Ivoti	0,80	0,27	0,68	0,58
263	Harmonia	0,73	0,30	0,72	0,58
264	Frederico Westphalen	0,77	0,36	0,63	0,58
265	Centenário	0,74	0,41	0,61	0,58
266	Marques de Souza	0,59	0,40	0,77	0,58
267	Morro Reuter	0,73	0,30	0,72	0,58
268	Fazenda Vilanova	0,75	0,34	0,66	0,58
269	Quevedos	0,59	0,38	0,78	0,58
270	Turuçu	0,59	0,38	0,78	0,58
271	Pedras Altas	0,73	0,41	0,60	0,58
272	Santo Ângelo	0,67	0,30	0,77	0,58
273	Pinhal Grande	0,72	0,38	0,64	0,58
274	Não-Me-Toque	0,82	0,29	0,64	0,58
275	Garruchos	0,73	0,48	0,54	0,58
276	Constantina	0,73	0,36	0,66	0,58
277	Nova Bréscea	0,78	0,30	0,66	0,58
278	Ibirubá	0,78	0,32	0,65	0,58
279	Palmeira das Missões	0,67	0,44	0,63	0,58
280	Encruzilhada do Sul	0,89	0,25	0,61	0,58
281	Tapes	0,68	0,28	0,78	0,58
282	São Gabriel	0,65	0,31	0,78	0,58
283	Cristal do Sul	0,70	0,35	0,69	0,58
284	Lajeado	0,71	0,35	0,68	0,58

285	Catuípe	0,66	0,46	0,62	0,58
286	São Vicente do Sul	0,57	0,39	0,78	0,58
287	Cândido Godói	0,77	0,27	0,70	0,58
288	Uruguaiana	0,64	0,42	0,67	0,58
289	Cerro Branco	0,75	0,37	0,61	0,58
290	São Borja	0,65	0,32	0,77	0,58
291	Roca Sales	0,63	0,33	0,77	0,58
292	Soledade	0,70	0,25	0,78	0,58
293	Casca	0,75	0,33	0,65	0,58
294	Jaboticaba	0,71	0,44	0,57	0,58
295	Morro Redondo	0,68	0,48	0,57	0,58
296	Mostardas	0,70	0,38	0,65	0,58
297	Paraíso do Sul	0,66	0,32	0,74	0,57
298	Boa Vista das Missões	0,79	0,35	0,58	0,57
299	Passa Sete	0,74	0,34	0,64	0,57
300	Mariano Moro	0,75	0,28	0,69	0,57
301	Ciríaco	0,73	0,28	0,71	0,57
302	Muliterno	0,75	0,32	0,65	0,57
303	Muçum	0,73	0,34	0,65	0,57
304	Taquara	0,59	0,33	0,79	0,57
305	Nicolau Vergueiro	0,80	0,29	0,63	0,57
306	Arroio Grande	0,71	0,35	0,65	0,57
307	São José do Norte	0,59	0,35	0,78	0,57
308	Bom Retiro do Sul	0,67	0,38	0,67	0,57
309	Vale Real	0,70	0,23	0,78	0,57
310	Aceguá	0,69	0,41	0,62	0,57
311	Nova Esperança do Sul	0,75	0,34	0,63	0,57
312	Espumoso	0,69	0,31	0,71	0,57
313	Capão da Canoa	0,66	0,39	0,66	0,57
314	Almirante Tamandaré do Sul	0,73	0,40	0,58	0,57
315	Santa Maria	0,56	0,34	0,81	0,57
316	Cruzeiro do Sul	0,66	0,34	0,72	0,57
317	Anta Gorda	0,75	0,30	0,66	0,57
318	Torres	0,59	0,33	0,79	0,57

319	Guabiju	0,77	0,33	0,61	0,57
320	Barra do Rio Azul	0,75	0,35	0,60	0,57
321	André da Rocha	0,78	0,34	0,59	0,57
322	Maquiné	0,72	0,40	0,59	0,57
323	Jóia	0,74	0,40	0,57	0,57
324	Santana do Livramento	0,51	0,42	0,78	0,57
325	Chapada	0,76	0,36	0,58	0,57
326	Antônio Prado	0,75	0,30	0,66	0,57
327	Jari	0,78	0,41	0,51	0,57
328	Ipiranga do Sul	0,75	0,35	0,61	0,57
329	Capela de Santana	0,55	0,43	0,73	0,57
330	Osório	0,69	0,30	0,71	0,57
331	Fagundes Varela	0,76	0,30	0,64	0,57
332	Ibirapuitã	0,72	0,27	0,72	0,57
333	Condor	0,68	0,32	0,70	0,57
334	Coronel Barros	0,69	0,38	0,63	0,57
335	Passo do Sobrado	0,73	0,28	0,69	0,57
336	Machadinho	0,73	0,36	0,61	0,57
337	Bossoroca	0,74	0,34	0,61	0,57
338	Santa Cruz do Sul	0,62	0,26	0,82	0,57
339	Eugênio de Castro	0,73	0,36	0,61	0,57
340	Arroio do Meio	0,73	0,36	0,61	0,56
341	Jacutinga	0,74	0,35	0,60	0,56
342	Hulha Negra	0,75	0,37	0,57	0,56
343	Piratini	0,51	0,41	0,78	0,56
344	Mato Castelhano	0,76	0,38	0,56	0,56
345	Nova Alvorada	0,77	0,30	0,62	0,56
346	Paráí	0,76	0,34	0,59	0,56
347	Capivari do Sul	0,71	0,38	0,60	0,56
348	Mato Queimado	0,83	0,29	0,56	0,56
349	Tupanciretã	0,59	0,34	0,77	0,56
350	Nova Petrópolis	0,61	0,34	0,73	0,56
351	Pelotas	0,65	0,37	0,66	0,56
352	Maximiliano de Almeida	0,70	0,38	0,60	0,56

353	Panambi	0,73	0,31	0,64	0,56
354	São Jerônimo	0,59	0,31	0,78	0,56
355	Vale do Sol	0,58	0,32	0,78	0,56
356	Capão do Cipó	0,74	0,41	0,52	0,56
357	Independência	0,78	0,36	0,53	0,56
358	Imigrante	0,73	0,33	0,61	0,56
359	Eldorado do Sul	0,58	0,41	0,68	0,56
360	Nova Bassano	0,75	0,28	0,64	0,56
361	São João da Urtiga	0,56	0,33	0,78	0,56
362	Cruzaltense	0,74	0,34	0,58	0,55
363	Cerrito	0,70	0,41	0,55	0,55
364	Encantado	0,73	0,29	0,64	0,55
365	Amaral Ferrador	0,69	0,34	0,63	0,55
366	Canguçu	0,62	0,35	0,69	0,55
367	Rosário do Sul	0,55	0,34	0,77	0,55
368	Monte Belo do Sul	0,77	0,39	0,49	0,55
369	Doutor Maurício Cardoso	0,71	0,29	0,66	0,55
370	Guarani das Missões	0,58	0,34	0,73	0,55
371	Dom Pedro de Alcântara	0,76	0,44	0,45	0,55
372	Caseiros	0,74	0,28	0,64	0,55
373	Ernestina	0,71	0,35	0,59	0,55
374	Feliz	0,71	0,27	0,67	0,55
375	Brochier	0,68	0,28	0,69	0,55
376	São Marcos	0,59	0,27	0,79	0,55
377	Júlio de Castilhos	0,60	0,32	0,73	0,55
378	Dom Feliciano	0,66	0,39	0,60	0,55
379	Parobé	0,59	0,33	0,73	0,55
380	Santo Antônio da Patrulha	0,58	0,28	0,79	0,55
381	Ibiraiaras	0,74	0,37	0,54	0,55
382	Salvador do Sul	0,61	0,25	0,78	0,55
383	Esteio	0,59	0,41	0,64	0,55
384	Pejuçara	0,69	0,38	0,58	0,55
385	Garibaldi	0,67	0,28	0,70	0,55

386	Dilermando de Aguiar	0,64	0,39	0,61	0,55
387	Horizontina	0,65	0,37	0,62	0,55
388	Charqueadas	0,60	0,41	0,63	0,55
389	Pinhal da Serra	0,77	0,37	0,49	0,55
390	Barão do Triunfo	0,60	0,36	0,68	0,55
391	Quinze de Novembro	0,50	0,36	0,78	0,55
392	Crissiumal	0,60	0,33	0,71	0,54
393	Gentil	0,66	0,34	0,63	0,54
394	Arvorezinha	0,69	0,26	0,68	0,54
395	Cerro Grande do Sul	0,60	0,31	0,72	0,54
396	Barra Funda	0,77	0,26	0,61	0,54
397	Campo Bom	0,67	0,26	0,69	0,54
398	Lagoa dos Três Cantos	0,74	0,31	0,58	0,54
399	Pinhal	0,65	0,39	0,59	0,54
400	Caxias do Sul	0,47	0,38	0,78	0,54
401	Carlos Barbosa	0,59	0,32	0,72	0,54
402	Barra do Ribeiro	0,65	0,29	0,69	0,54
403	Marau	0,65	0,33	0,64	0,54
404	Erechim	0,60	0,32	0,69	0,54
405	Gramado Xavier	0,59	0,44	0,59	0,54
406	Veranópolis	0,57	0,26	0,79	0,54
407	Lagoa Vermelha	0,65	0,29	0,68	0,54
408	Santo Cristo	0,61	0,23	0,78	0,54
409	Butiá	0,57	0,35	0,70	0,54
410	Palmitinho	0,72	0,41	0,50	0,54
411	Araricá	0,72	0,25	0,64	0,54
412	Alpestre	0,74	0,10	0,77	0,54
413	Arroio do Sal	0,64	0,31	0,67	0,54
414	Camaquã	0,58	0,33	0,71	0,54
415	Maratá	0,76	0,21	0,64	0,54
416	Fortaleza dos Valos	0,75	0,35	0,52	0,54
417	Mato Leitão	0,62	0,31	0,68	0,54

418	Nova Santa Rita	0,62	0,33	0,65	0,54
419	Nova Pádua	0,74	0,24	0,62	0,54
420	Cotiporã	0,70	0,23	0,68	0,53
421	Ipê	0,65	0,32	0,63	0,53
422	Cidreira	0,65	0,36	0,59	0,53
423	Candelária	0,65	0,34	0,62	0,53
424	Cachoeirinha	0,51	0,36	0,73	0,53
425	Igrejinha	0,60	0,26	0,74	0,53
426	Flores da Cunha	0,58	0,30	0,72	0,53
427	Rio Grande	0,57	0,42	0,60	0,53
428	Pantano Grande	0,63	0,35	0,61	0,53
429	Guaíba	0,55	0,30	0,73	0,53
430	Dezesseis de Novembro	0,70	0,34	0,54	0,53
431	Balneário Pinhal	0,68	0,28	0,63	0,53
432	Derrubadas	0,71	0,48	0,39	0,53
433	São Luiz Gonzaga	0,51	0,29	0,78	0,53
434	Cristal	0,60	0,36	0,62	0,53
435	Ilópolis	0,72	0,27	0,59	0,53
436	Erebango	0,61	0,42	0,54	0,52
437	Farroupilha	0,64	0,25	0,68	0,52
438	Nova Candelária	0,54	0,34	0,69	0,52
439	Arroio dos Ratos	0,63	0,29	0,64	0,52
440	Carazinho	0,60	0,31	0,66	0,52
441	Nova Araçá	0,75	0,30	0,52	0,52
442	Nova Palma	0,56	0,34	0,66	0,52
443	Nova Prata	0,60	0,34	0,61	0,52
444	Alegrete	0,57	0,36	0,61	0,52
445	Boqueirão do Leão	0,54	0,33	0,67	0,51
446	Estrela	0,53	0,29	0,71	0,51
447	Esmeralda	0,68	0,37	0,48	0,51
448	Capão do Leão	0,60	0,32	0,60	0,51
449	Faxinal do Soturno	0,52	0,34	0,66	0,51
450	Picada Café	0,54	0,35	0,64	0,51

451	Canudos do Vale	0,33	0,35	0,84	0,51
452	Dois Lajeados	0,64	0,26	0,63	0,51
453	Paulo Bento	0,62	0,30	0,59	0,51
454	Chiapetta	0,42	0,45	0,64	0,50
455	Lavras do Sul	0,66	0,36	0,49	0,50
456	Caçapava do Sul	0,60	0,25	0,65	0,50
457	Estância Velha	0,53	0,30	0,67	0,50
458	Bento Gonçalves	0,60	0,22	0,68	0,50
459	Palmares do Sul	0,54	0,34	0,61	0,50
460	Dom Pedrito	0,66	0,24	0,59	0,50
461	Pinheiro Machado	0,60	0,28	0,60	0,50
462	Boa Vista do Incra	0,70	0,30	0,49	0,49
463	Giruá	0,63	0,28	0,57	0,49
464	Passo Fundo	0,31	0,39	0,77	0,49
465	Novo Cabrais	0,40	0,34	0,71	0,49
466	Imbé	0,66	0,25	0,55	0,49
467	Montenegro	0,51	0,30	0,64	0,48
468	Alvorada	0,49	0,25	0,68	0,47
469	Novo Xingu	0,49	0,31	0,62	0,47
470	Tucunduva	0,29	0,34	0,78	0,47
471	Capão Bonito do Sul	0,66	0,27	0,47	0,47
472	Cachoeira do Sul	0,49	0,25	0,66	0,47
473	Campina das Missões	0,52	0,28	0,59	0,46
474	Campo Novo	0,22	0,42	0,73	0,46
475	Augusto Pestana	0,34	0,38	0,65	0,45
476	Gravataí	0,38	0,30	0,67	0,45
477	Sobradinho	0,27	0,29	0,78	0,45
478	Novo Hamburgo	0,28	0,37	0,64	0,43
479	Canoas	0,67	0,30	0,18	0,39
480	Itaqui	0,21	0,30	0,62	0,38